

**Título:**

CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO LOCAL.  
UM CASO DE “EMPOWERMENT” NO ALENTEJO CENTRAL.

**Autores:**

Eduardo Álvaro do Carmo Figueira

Professor Associado c/ Agregação

Departamento de Sociologia, Universidade de Évora

[figueira@uevora.pt](mailto:figueira@uevora.pt)

José Manuel Lapa Candeias

Sociólogo

ECO-HUMANUS, Associação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos

[jmlcandeias@sapo.pt](mailto:jmlcandeias@sapo.pt)

**Resumo:**

Capital social, participação local e “empowerment” são termos intimamente relacionados com o conceito de desenvolvimento sustentável. Este é definido por Serageldin (1996) como “um processo através do qual as gerações futuras recebem tanto ou mais capital do que aquele que a presente geração tem disponível”. Porém, os três tipos de capital em que esse processo assenta - (1) natural, (2) produzido e (3) humano - apenas contribuem parcialmente para a efectivação daquele processo, uma vez que não é considerada a forma como os actores sociais se organizam e interagem entre si para promover o desenvolvimento. Assim, é preciso acrescentar um quarto tipo de capital, o CAPITAL SOCIAL. Este é um valor decorrente do grau de coesão social existente nas comunidades e é constituído por redes sociais com normas, valores e compreensões partilhadas que facilitam a cooperação intra e inter grupos, cujo potencial é canalizado para realizações em prol da colectividade e dos elementos que a integram.

Nesta abordagem recorre-se ao exemplo do Conselho de Cidadãos da freguesia de Nossa Senhora de Machede (concelho de Évora, Alentejo Central), o qual configura uma interessante prática de participação, “empowerment” e utilização do capital social.

## **1. Introdução**

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sofrido oscilações na sua definição, resultantes de distintas interpretações do que se entende por sustentabilidade em diferentes contextos de análise. No entanto, a definição que o considera como “um processo através do qual as gerações futuras recebem tanto ou mais capital que a geração actual tem disponível” (Serageldin, 1996) parece reunir um consenso alargado na comunidade científica. Este conceito pressupõe que se consegue alcançar o desenvolvimento sustentável aumentando o nível de três tipos de capital: (1) natural, (2) físico ou produzido, e (3) humano. Neste sentido, aqueles três tipos de capital, em conjunto, constituiriam a base do desenvolvimento económico e social de uma região e, como tal, poderiam servir de indicadores para medir a riqueza das nações. Contudo, esta perspectiva é redutora ou incompleta, porque, no quadro de uma estratégia socio-económica eficaz e sustentável de desenvolvimento, não basta aumentar a quantidade de cada um daqueles três tipos de capital para produzir os efeitos desejáveis e pretendidos. De facto, quando não existe, ou melhor, não é tida em conta a LIGAÇÃO que faz trabalhar aqueles três tipos de capital em conjunto e para a mesma finalidade, apenas se determina parcialmente o processo de desenvolvimento de um dado local ou região. Isto é, para que uma estratégia de desenvolvimento seja eficaz e sustentável torna-se indispensável que aquelas três naturezas de capital trabalhem em conjunto para o mesmo fim. Assim sendo, só poderá haver desenvolvimento verdadeiramente sustentável se aqueles três tipos de capital estiverem sinergicamente ligados entre si e a funcionar conjuntamente. É precisamente esta ligação que se designa por CAPITAL SOCIAL e isto é tanto verdade quanto é certo que a forma como os actores sociais interagem entre si e se organizam, é condição determinante para gerar e promover o crescimento e o desenvolvimento socio-económico sustentável de um território.

O Alentejo tem sido um laboratório de experimentação pontual e muito localizado do uso do capital social, através da participação dos indivíduos nos processos de desenvolvimento das respectivas comunidades. Por exemplo, em Nossa Senhora de Machede (pequena freguesia rural do concelho de Évora), a sociedade civil organizou-se e constituiu um Conselho de Cidadãos, apoiado pela Junta de Freguesia, o qual se apropriou do direito/capacidade de:

- Identificar necessidades e problemas;
- Definir o que é melhor para o seu futuro;

- Exigir que todas as mudanças tenham o seu consentimento e envolvimento.

Trata-se de uma prática de participação local e de “empowerment” que, não sendo caso único na região, tem a originalidade da génese e da convivência do poder político local, o qual, noutras zonas, muitas vezes é o principal óbice a este tipo de iniciativas de assinalável sentido cívico e que relevam o exercício saudável da cidadania.

## **2. A definição de capital social**

O conceito de capital social é relativamente recente, embora L.F. Hanifan, um reformador do sistema educativo da Virgínia Ocidental (EUA) (Woolcock, 1998), o tenha utilizado pela primeira vez em 1916. Nos anos 60, Jane Jacob retomou o conceito no seu trabalho sobre planeamento urbano (Winter, 2000). No entanto, só muito mais tarde o termo passou a fazer parte do léxico académico, podendo dizer-se que o debate actual sobre o conceito resulta fundamentalmente dos trabalhos de James Coleman (1988) sobre a participação na escola em Chicago e dos trabalhos de Putnam (1993) em instituições democráticas em Itália (Winter, 2000).

Considerando que o conceito se baseia no pressuposto central de que as relações e as redes sociais têm valor “*de per si*”, o capital social pode ser visto como o VALOR das redes sociais e dos relacionamentos entre os indivíduos que as integram para fazer coisas em benefício da comunidade, grupos e indivíduos. Esta conexão com o bem comum produzido solidariamente em conjunto implica, pois, a ideia da reciprocidade.

Segundo Bourdieu (1985), o capital social pode ser visto como o conjunto dos RECURSOS REAIS e/ou POTENCIAIS agregados num quadro de redes mais ou mais menos duráveis formadas por relacionamentos sociais mais ou mais menos institucionalizados e reconhecidos. Porém, a ênfase dada por este autor está nas redes sociais através das quais os indivíduos e os grupos podem ter acesso a recursos. Essas redes podem ser compostas por uma variedade de entidades que se assemelham ou têm a forma de estruturas sociais e que servem como agentes facilitadores para determinadas acções dos actores individuais ou colectivos dentro da estrutura (Coleman, 1988). Em termos funcionais, o capital social pode ainda ser definido como *o conjunto das características existentes na organização social tal como a confiança, normas e redes que facilitam a coordenação das actividades e, desta forma, promovem a eficiência e a eficácia das acções da sociedade* (Putnam, 1993).

O capital social também pode ser visto como um indicador do grau de COESÃO SOCIAL que existe numa comunidade. Isto é, o capital social abrange determinados recursos acessíveis aos actores sociais devido ao facto de integrarem determinada comunidade e é encontrado nas redes sociais que emergem dos relacionamentos estabelecidos e promovidos entre pessoas dentro de uma colectividade (Zhou e Bankston, 1994). Portanto, o uso mais ou menos intenso e conseqüente que é feito do capital social define a coesão social existente em qualquer comunidade. Neste sentido, *o capital social diz respeito a redes, normas, e confiança social, assim como a actividades de coordenação e cooperação estabelecidas e facilitadas através de processos de interacção entre as pessoas, tendo em vista alcançar benefícios mútuos* (Organização Mundial da Saúde, 1998). Isto significa que *a informação, a confiança, e as normas da reciprocidade são inerentes às redes sociais* (Woolcock, 1998), *onde a cooperação dentro ou entre grupos é facilitada pelas normas, valores e compreensões partilhadas* (OECD, 2001). Ora esta dimensão de relacionamento e interacção solidária, recíproca, intensa e visando o bem comum, coloca o capital social e a coesão social no mesmo nível de significância.

Apesar das muitas definições que podem ser encontradas, o conceito de capital social parece estar ainda em um patamar elevado de abstracção e, por outro lado, não estar muito bem definido. Embora a maioria dos autores refiram que o capital social está relacionado com as normas e redes sociais, assim como com a confiança e outros aspectos que facilitam a cooperação dentro ou entre grupos numa dada comunidade, o conceito aparenta estar em desenvolvimento. Isso não lhe retira importância, pois os resultados de diversos estudos apontam para o facto de os seus efeitos poderem ser influenciadores e relevantes para as políticas públicas (Banks, 2003).

Em resumo, pode-se dizer que *o capital social de uma comunidade inclui instituições e outras entidades, relacionamentos entre indivíduos e grupos, atitudes individuais e colectivas e valores que influenciam a sua interacção, normas e regulamentos que governam o comportamento dos indivíduos e grupos que em conjunto contribuem para o desenvolvimento económico e social*. Ou seja: o capital social é mais do que a soma das instituições de uma comunidade; integra a "cola" que as mantém em conjunto. Essa "cola" é composta pelos *valores, normas e regulamentos partilhados* que governam o comportamento individual e social e a confiança e responsabilidade cívica que faz de

uma comunidade mais do que apenas uma colecção de indivíduos ou grupos (World Bank, 1998).

O exemplo do Conselho de Cidadãos de Nossa Senhora de Machede corrobora o que acaba de ser dito. Nasceu dentro da comunidade e é constituído por representantes de todas as organizações sociais, culturais e económicas da freguesia. A sua criação resultou de necessidades concretas: estancar o declínio social e económico, atenuar os efeitos da desertificação humana e encontrar soluções capazes de reverter a situação. Neste caso, a Junta de Freguesia teve a lucidez de perceber que tal não seria atingido se ficasse presa a meros desígnios político-partidários e tratou de mobilizar todos os recursos reais e potenciais, incluindo o capital social, para promover o desenvolvimento local. O grau de participação local e a relação de confiança entre os elementos constituintes do Conselho de Cidadãos, a partilha de objectivos comuns e de actividades em prol da sua terra, a reciprocidade das relações e dos actos de solidariedade interna, bem como a rede informal constituída pelas entidades representadas são, sem dúvida, uma demonstração de coesão social e o melhor capital (social) que a freguesia poderia ter para se desenvolver.

### **3. O funcionamento do capital social**

O capital social cria valor para as pessoas que estão ligadas a redes sociais e algumas vezes mesmo para pessoas que estão temporariamente fora de redes (como é o caso dos desempregados), enfatizando uma grande variedade de benefícios específicos que vão desde a *confiança, a reciprocidade e a informação até à cooperação com redes sociais*. Isso significa que *o capital social pode beneficiar a sociedade reduzindo custos, promovendo a cooperação entre actores sociais, difundindo o conhecimento e as inovações e melhorando o bem-estar da comunidade e dos indivíduos* (Banks, 2003).

Em Nossa Senhora de Machede, o Conselho de Cidadãos é o capital social que não só participa como é parte fundamental de uma estratégia concertada de promoção do desenvolvimento local. O Conselho de Cidadãos analisa, discute, sugere, aconselha e fiscaliza os actos relativos à vida da freguesia, batendo-se pelos seus interesses. Independentemente do que é feito, isso tem, desde logo, algumas vantagens:

- Favorece mais e melhores realizações;
- Confere maior legitimidade à acção da Junta de Freguesia;

- Co-responsabiliza toda a comunidade perante o que se decide e o que se faz;
- Unifica a vontade e amplifica a voz dos cidadãos machedenses;
- Aumenta a capacidade reivindicativa perante as instâncias de poder municipal e regional.

Esta forma de agir é reveladora de uma maneira de ser e de estar que contrasta com o pessimismo expectante da maioria das povoações com características idênticas. Enquanto muitas das aldeias do Alentejo agonizam com o êxodo da população, com o envelhecimento dos que resistem à emigração, com a falta de iniciativa privada, com a quebra das relações de solidariedade familiar e de vizinhança, com o fim das tradições culturais, com o abandono político e com a perda da sua própria identidade, em Nossa Senhora de Machede, a Junta de Freguesia - democraticamente eleita - conta com a ajuda de outros cidadãos, chama-os a participar na vida da sua terra e integra as suas propostas nos planos de trabalho.

A Administração Pública empreende, em geral, acções que implicitamente comportam ou realçam o capital social. Como tal, as políticas públicas devem tomar em consideração os seus efeitos indirectos no capital social. Por exemplo, as políticas públicas orientadas para o desenvolvimento da comunidade, devem dar especial atenção às organizações locais da comunidade – como é o caso do Conselho de Cidadãos de Nossa Senhora de Machede e outros tipos de organizações existentes noutras localidades - uma vez que estas podem aumentar as possibilidades de solução de problemas públicos. No entanto, algumas políticas, regulamentos e posturas também podem corroer o capital social (Banks, 2003), sobretudo quando se questiona a legitimidade da participação dos cidadãos fora do sistema político-partidário vigente, quando se obstaculiza a intervenção das organizações da sociedade civil não sufragadas pelo voto popular ou, ainda, quando se encaram estas organizações não como parceiras nos processos de desenvolvimento, mas sim como indesejáveis concorrentes. Infelizmente, não é raro que tal aconteça, com evidente prejuízo das comunidades locais. De facto, delinear e promover políticas públicas contando com ou tendo em vista criar capital social, é uma tarefa que assume, geralmente, algumas complexidades. Por esta razão, a Administração Pública deve ter em atenção essas dificuldades e modificar as políticas, regulamentações e posturas que podem causar danos ao capital social (Banks, 2003) ou levar ao seu sub-aproveitamento. Além disso, as estratégias delineadas para usar o capital social existente devem ser desenhadas e desenvolvidas de

modo a facilitar uma mais eficaz implementação dos programas e projectos comunitários.

O capital social pode funcionar através de múltiplos canais. Eis alguns exemplos: (1) *fluxos de informação* tais como os que proporcionam conhecimentos sobre postos de trabalho ou sobre possibilidades de acesso a programas de apoio ao investimento; (2) *a acção colectiva*, tal como o papel que uma associação pode desempenhar em termos da defesa dos direitos cívicos ou da promoção cultural; (3) *identidade e solidariedade*, tal como executar actividades de grupo em defesa do património ou de protecção ambiental; (4) *ajuda mútua*, baseado em normas de reciprocidade institucional ou de solidariedade inter-geracional. No entanto, deve-se dizer que apesar do seu enorme potencial de bem-fazer, o capital social também pode ter efeitos adversos, especialmente quando uma forte coesão interna degenera em intolerância perante os outros (Banks, 2003), o que pode manifestar-se através de pretensões de exclusividade ou de rejeição a tudo o que emana do exterior. Além disso, em alguns locais e regiões, o capital social é demasiado fraco ou está em declínio, especialmente onde há populações demasiado exauridas, envelhecidas e isoladas, com uma compreensão limitada do que é o capital social, de como ele funciona e pode ser usado, e como diferentes políticas podem interagir com ele. Assim, a pesquisa social associada à experimentação de políticas em pequena escala deve ser promovida e conduzida a fim de se obter melhor compreensão do conceito e desenvolver instrumentos que permitam incorporar aspectos do capital social na análise política (Banks, 2003).

#### **4. Tipos de capital social**

Esta amplitude do conceito e as inúmeras formas de que o capital social se reveste, comprova o facto de ele poder ser de diferentes tipos. O desafio, contudo, consiste em mobilizar o tipo ou os tipos existentes de capital social na comunidade e dirigir os seus recursos para a resolução de problemas públicos e promover a participação democrática. Por exemplo, a capacidade organizativa das *congregações religiosas* pode ser usada para mobilizar o potencial de capital social existente para as redes de natureza religiosa e para as actividades sociais que a maioria delas realiza; a crescente *consciência cívica* acerca das questões do ambiente a nível local, nacional e mesmo internacional que tem vindo a surgir como a resposta aos problemas ambientais provocados, a maior parte das vezes, por abordagens regulatórias, pode ser usada para mobilizar uma quantidade

relevante de capital social para a participação democrática; as *abordagens participativas*, como é o caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre (Brasil), têm vindo a surgir a nível local, criando oportunidades para usar o capital social não somente em termos de pedagogia participativa, mas também em termos da contribuição para a interacção em rede dos actores sociais da comunidade. Por exemplo, a inovação cívica tem vindo a ocorrer em muitos lugares e arenas político-sociais, permitindo uma aprendizagem social significativa, sobre a qual o capital social pode ser construído.

Merecem também ser aqui mencionados os movimentos de *Desenvolvimento Local* que desempenham papel importante na criação e desenvolvimento de capital social ao nível local e que no Alentejo têm expressão significativa. De facto, a essência do processo do Desenvolvimento Local centra-se na presunção de que os actores locais devem ser activamente envolvidos na procura das soluções para as necessidades e problemas da comunidade em que vivem e trabalham, obtendo para essa finalidade os recursos externos e internos mais adequados. Por essa razão, os agentes de Desenvolvimento Local têm desempenhado um papel essencial como catalizadores de novas parcerias na comunidade em que trabalham.

## **5. O processo de Desenvolvimento Local como promotor de capital social**

O processo de Desenvolvimento Local constitui uma fonte de esperança em melhores dias para todas as regiões e locais que não têm conseguido inverter o preocupante processo de *desertificação humana* a que têm vindo a ser sujeitas nas últimas décadas. De facto, o movimento de Desenvolvimento Local (ou Desenvolvimento Comunitário) tem vindo, progressivamente, a afirmar-se como verdadeira solução para a crise que se instalou e se vive em todas as regiões periféricas de natureza rural da Europa Comunitária, a qual tem forçado o êxodo das populações.

Nas últimas décadas têm surgido no Alentejo muitas organizações da sociedade civil com intervenção local, umas com mais sucesso do que outras, mas todas como resultado da situação específica desta zona do país em termos sociais e económicas. É preciso ter em conta que o Alentejo é a região mais vasta de Portugal, ocupando quase um terço do território continental. É, também, a região menos povoada do país, com pouco mais de 5% da população. A agricultura é, desde sempre, a actividade principal, imperando durante décadas a monocultura do trigo, razão de ser do malfadado epíteto de “celeiro da nação”. Razões históricas - fundamentadas na distribuição das terras conquistadas



aos Mouros e no seu povoamento - privilegiaram a constituição de latifúndios. Ao longo dos séculos, a diferenciação social entre os proprietários e os camponeses, baseou-se no poder económico e político que os primeiros tinham sobre os segundos, configurando, por vezes, relacionamentos que se tornaram anacrónicos. Algumas práticas de origem medieval entre senhores e servos subsistiram muito para além do seu tempo. Apesar das revoltas dos camponeses – duramente reprimidas – a situação manteve-se até à década de 70 do século passado. Enquanto isso, o Alentejo foi ficando refém da negação de qualquer modelo de desenvolvimento que preconizasse a modernização e a diversificação económica. Por isso, ciclicamente, os alentejanos viram-se obrigados a emigrar, em busca de condições de vida dignas. Geralmente, partiam os jovens e ficavam os velhos, deixando muitas povoações desprovidas de futuro.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, a velha questão da posse e do uso da terra emergiu com maior intensidade, reavivando velhos antagonismos. Por toda a região, verificaram-se ocupações de terras pelos camponeses e a constituição de cooperativas agrícolas, apoiadas por correntes partidárias transitoriamente dominantes. Apesar de haver exemplos de organização e produção que reanimaram muitas localidades rurais, a experiência foi curta e caótica. As vicissitudes determinadas por outras lógicas políticas, não permitiram a consolidação de quaisquer consequências sociais e económicas. As terras foram devolvidas aos antigos proprietários e reconstituíram-se os latifúndios. Entretanto, após a integração de Portugal na União Europeia, veio a reforma da PAC, a qual teve um impacto profundamente nefasto sobre a agricultura alentejana e o mundo rural. Os fundos comunitários que chegaram a Portugal tiveram efeitos contraproducentes no sector. À falta de orientações adequadas, os proprietários agrícolas optaram pelo mais fácil: receber para não produzir ou apenas para semear o que dava mais “subsídio”. A agricultura praticamente morreu no Alentejo, o que provocou profundas alterações no viver das populações rurais. Acresce que a região jamais teve uma estratégia consistente e duradoira de reconversão da sua tradição agrícola. Nunca se procedeu à máxima valorização dos produtos de qualidade, nem ao aproveitamento integral das potencialidades patentes em vários sectores de actividade e muito menos à articulação entre si. Este facto não é alheio à instabilidade que habitualmente resulta da alternância político-partidária a nível nacional, à falta de regionalização e ao antagonismo ideológico que prevalece entre o Poder Central e o Poder Local. Com um tecido empresarial débil e incapaz de fazer “lobbying” e com poucos deputados eleitos, o Alentejo tem dificuldade em defender eficazmente os seus

interesses e exercer influência nas tomadas de decisão política. Portanto, o passado e o presente, explicam como o desenvolvimento da região tem sido continuamente adiado, atirando-a para o rol das menos desenvolvidas da Europa, situação que contrasta com as potencialidades inexploradas ou subaproveitadas.

O reconhecimento de que esta situação não é irreversível e que é possível partir das potencialidades existentes para o desenvolvimento negado, motivou o aparecimento de muitas organizações, dentre as quais se salientam as Associações de Desenvolvimento Local – as ADLs. Estas surgiram com um discurso novo e práticas inovadoras, fazendo o que mais ninguém queria fazer e substituindo, muitas vezes, os serviços públicos junto das populações. Souberam identificar e mobilizar o capital social das comunidades, afinal, o seu único capital ou quase. Recuperaram tradições culturais, valorizaram gentes, patrimónios e produtos de qualidade, apoiaram a concretização de pequenos negócios, reactivaram redes de solidariedade social, lançaram novos serviços e actividades, contiveram a debandada de muitos jovens. Em suma: ressuscitaram esperanças perdidas, deram voz a quem não a tinha e exigiram que fosse prestada mais atenção ao mundo rural. Considerando os poucos recursos disponíveis e as incompreensões institucionais enfrentadas, fizeram e fazem muito mais do que seria de esperar, ainda que as dificuldades de subsistência se tenham tornado crónicas, agudizando-se com os estrangulamentos financeiros dos últimos anos. As mudanças em muitas localidades foram de tal monta que as fragilidades e vulnerabilidades das ADLs face a alguns oportunismos e excessos de protagonismo são praticamente irrelevantes. Mas, não menos importante, foi a semente lançada no terreno fértil das consciências, de que redundou um crescente exercício da cidadania e da participação cívica, pois importa não esquecer que qualquer estratégia promotora do desenvolvimento sustentável de um LOCAL deve ser delineada e executada com o envolvimento activo de todos os actores da comunidade. Para além disso, a estratégia deve ser centrada nas necessidades e aspirações das pessoas e ser orientada para criar sinergias complementares entre os recursos potenciais existentes. Uma estratégia de desenvolvimento local executada nestes termos (com a participação activa das pessoas e baseada nos relacionamentos entre os actores locais e o território onde vivem e trabalham), é a única maneira de atrair pessoas e criar projectos de vida estáveis para aqueles que residem no território. Estes são os motivos pelos quais o processo de desenvolvimento local pode ser visto como promotor de capital social numa comunidade.

Como a experiência e os resultados têm mostrado, os promotores do desenvolvimento local (as ADLs e outras organizações) têm desenhado e implementado estratégias essencialmente centradas nos recursos locais, entre os quais se encontra o capital social das comunidades. A filosofia que enquadra esta opção assenta na convicção de que a nível LOCAL o DESENVOLVIMENTO é uma abstracção que apenas se pode concretizar através do processo de DESENVOLVIMENTO LOCAL, tendo por base cinco princípios:

1. O Local (território + comunidade) deve, no quadro da sua identidade própria, ser visto e lido pelos membros da comunidade como o *Centro do Universo*;
2. A *participação e cooperação* de todos os actores locais (indivíduos, grupos e organizações) constituem condição *sine qua non* para o sucesso de qualquer processo de desenvolvimento local;
3. A *integração* (a nível local) de todos os sectores de actividade gera dinâmicas e sinergias essenciais para o processo de desenvolvimento local;
4. As questões e problemas locais e o processo de desenvolvimento devem ter uma *gestão local*;
5. A estratégia de desenvolvimento local deve estar inserida nas *dinâmicas globais*.

A convicção e os princípios acima referidos podem ser inferidos de experiências e resultados de processos idênticos de desenvolvimento local (ou desenvolvimento comunitário) não só no Alentejo, mas também em regiões tão diferentes como sejam Angola e Guiné-Bissau (África), Irlanda, França, Itália e Finlândia (Europa Comunitária), Estados Unidos da América e Brasil (América) e Timor (Ásia). Por exemplo, no quadro do projecto “Learning Sustainability”, financiado pela Iniciativa Comunitária RECITE, pôde constatar-se que, não obstante as diferenças existentes entre as três regiões parceiras – Alentejo (Portugal) de características mediterrânicas, Trentino (Alpes de Itália) de características montanhosas e Lapland (Norte da Finlândia) de características árticas -, surgiam aspectos e problemas comuns quando o nível de análise e trabalho se aproximava do LOCAL. De facto, os diversos *locais* situados nessas regiões tão distantes geograficamente entre si, apresentavam como pontos comuns aspectos o *êxodo dos jovens do meio rural para as cidades* à procura de melhores oportunidades; a *ausência de participação activa da população na vida da comunidade local*, designadamente dos mais idosos; a *existência de um tecido*

*empresarial debilitado*, com grandes dificuldades de sobrevivência; e, em geral, *pessoas não sabendo o que fazer para o futuro*. Face a estas realidades, parece correcto afirmar que, qualquer que seja a estratégia de *desenvolvimento local* delineada para um dado território e correspondente comunidade, se deverá tomar como prioritárias as seguintes actividades:

- *A promoção e facilitação do envolvimento activo das pessoas durante as fases de delineamento e implementação da estratégia de desenvolvimento local;*
- *A promoção e facilitação da criação e uso do capital social na comunidade;*
- *O desenvolvimento dos recursos humanos existentes (e a atrair) na comunidade local, tomando em consideração as necessidades detectadas;*
- *A promoção e dinamização da cultura empreendedora e da actividade empresarial, incluindo as actividades de turismo e de artesanato;*
- *A protecção e valorização da cultura e identidade local assim como do ambiente natural e do património construído;*
- *A animação sócio-cultural estreitamente relacionada com a realidade local, designadamente com a identidade cultural e social do LOCAL;*
- *O apoio a grupos desfavorecidos através de medidas sociais de inclusão como seja o emprego, a segurança social, a assistência à saúde e, principalmente, medidas que promovam a participação e a cidadania.*

À luz dos princípios e prioridades acima referidas, o movimento do desenvolvimento local tem dirigido o seu esforço no sentido de facilitar o uso do capital social existente e promover a criação de novas parcerias, através das quais o potencial de capital social das comunidades é utilizado para promover o desenvolvimento local.

## **6. O Local Aprendente como condição para a criação de capital social**

O LOCAL (comunidade + território) aprende ao longo da sua vida como se fosse um ser humano racional e consciente, pelo que, nesse sentido, pode designar-se o binómio comunidade/território como um LOCAL APRENDENTE. Este conceito significa que uma entidade pode aprender ao longo da sua existência através da experiência resultante do processo de interacção entre duas componentes: a comunidade e o respectivo território.

Também neste aspecto a actividade do Conselho de Cidadãos de Nossa Senhora de Machede constitui um exemplo de boas práticas. Aberto ao exterior, tem sido parceiro local das entidades que têm desenvolvido o Projecto EXTRAMET – O Espaço Rural no Contexto da Nova Metropolização. Este projecto, financiado pelo programa Interreg IIIB MEDOCC, abrange regiões de Espanha, França, Itália, Grécia e Portugal e estuda os efeitos da expansão urbana para as zonas rurais. No nosso país, tem vindo a ser estudada a relação entre Nossa Senhora de Machede e Évora, estando em curso a realização de um Plano de Desenvolvimento Local para aquela freguesia, participado pela população em geral e, em especial, pelo Conselho de Cidadãos e pela Junta de Freguesia. Neste contexto, tem-se desenvolvido um amplo intercâmbio de conhecimentos e informações que, no caso de Nossa Senhora de Machede, a torna um LOCAL APRENDENTE com hipóteses sérias de retirar bons dividendos desse facto.

Em qualquer comunidade, esta aprendizagem é feita através da análise das realidades quotidianas, resolvendo os problemas detectados, satisfazendo as necessidades que vão surgindo e equacionando novas soluções para novos problemas, de tal forma que esse LOCAL tenha a expectativa de usufruir de uma melhor qualidade de vida e alcançar a felicidade. É por esta razão que a participação das pessoas nas actividades do local é condição indispensável para haver desenvolvimento local sustentável. “Fazer o caminho caminhando”, como se diz no Alentejo, ilustra bem o conceito de Local Aprendiz. Isto é, caminhar e aprender enquanto se faz o caminho. O facto de um LOCAL ser APRENDENTE significa que a componente “comunidade” está consciente de tudo o que se passa no seu local, está a aprender com os erros e os sucessos (seus e de outros) e, na base do que está a acontecer, redefine, ou simplesmente faz ajustamentos à sua estratégia de desenvolvimento. Quer isto dizer que um LOCAL APRENDENTE pressupõe a PARTICIPAÇÃO e COOPERAÇÃO activas da maioria dos membros da comunidade, aspecto fundamental em qualquer processo de desenvolvimento local.

Os verdadeiros problemas de uma comunidade só poderão ser conhecidos quando aqueles que vivem nos locais tiverem a percepção clara de quais são as suas necessidades e problemas, e indicarem o que consideram ser melhor para o seu futuro. Além disso, todas as mudanças devem ser introduzidas com o total consentimento e envolvimento daqueles que serão afectados pela mudança, num processo de apropriação da mesma pelos actores locais. Por isso, enquanto muitas povoações alentejanas fenecem lentamente e outras mantêm esperanças nem sempre realistas ou bem

fundamentadas de que melhores dias virão, em Nossa Senhora de Machede “*quem sabe faz a hora, não espera acontecer*”... Os problemas são semelhantes aos de muitas outras localidades rurais e as dificuldades também, mas, há uma postura mais construtiva e assertiva na busca de soluções. Superando as diferenças político-partidárias e de classe, os machedenses não estão à espera que alguém faça por eles o que podem fazer localmente. Têm espírito crítico e são exigentes, o que demonstra vitalidade. Reconhecem as razões de apreensão que toda a região suscita, mas não se conformam com “o destino” nem são fatalistas. Por exemplo: a autarquia extravasa as suas obrigações, prestando vários serviços à comunidade; a iniciativa privada desenvolve a actividade económica, em pequena escala mas diversificada; as instituições de âmbito social mantêm-se activas na assistência à infância e à terceira idade; a dinâmica associativa é significativa, integrando os jovens e salvaguardando as tradições e as práticas culturais e desportivas; e começa a haver alguma atractividade para a instalação de pequenas empresas e de cidadãos de outras proveniências. Em suma: Nossa Senhora de Machede, com mil e poucos habitantes, preserva a sua própria vida e identidade.

Contudo, a maioria das vezes, as comunidades locais não têm a necessária dinâmica para identificar as suas necessidades e problemas e para colocar o seu capital social a funcionar no sentido de desenhar e estabelecer uma estratégia que possa orientar o seu próprio desenvolvimento. Por esse motivo, frequentemente, é necessária a intervenção de um agente facilitador. De acordo com a experiência e as práticas que as organizações da sociedade civil têm vindo a obter e a mostrar, são elas o agente facilitador adequado para colocar o capital social das comunidades a funcionar para as próprias comunidades. Esta afirmação não comporta qualquer menosprezo pelo papel dos serviços públicos junto das comunidades, mas apenas o reconhecimento de que a sua natureza, organização, modo de funcionamento e grau de autonomia lhes proporciona uma vocação e aceitação menores para mobilizar o capital social. Apesar disso, é desejável que assumam um papel colaborante e facilitador da acção das entidades que estão no terreno, articulando-se com elas na optimização das suas condições de trabalho em prol das comunidades. De facto, o trabalho e esforço necessários para esboçar, planear e executar uma estratégia de desenvolvimento local sustentável, requer uma cooperação activa e eficaz entre todas as entidades públicas e privadas e entre todos os actores individuais que vivem e trabalham no LOCAL. Por outras palavras, a definição e execução de uma estratégia eficaz de desenvolvimento local sustentável exige de TODOS que TODO o capital social da comunidade seja posto a funcionar.

## Referências Bibliográficas

- Banks, G. (2003). "Foreword" in Productivity Commission 2003, *Social Capital: Reviewing the Concept and its Policy Implications*. Research Paper. Canberra: AusInfo.
- Bourdieu, P. (1985). "The forms of capital" in Richardson, J. (Ed), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, pp. 241-258. New York: Greenwood.
- Candeias, José (2007). "Experiência de Empowerment em Nossa Senhora de Machede", Extramet Project Book, pp. 95-98, Génova
- Coleman, J. (1988). "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, vol 94, (supplement), pp. s95 – s120.
- Figueira, Eduardo (2007). "Capital Social e o Processo de Participação no Desenvolvimento Local", Extramet Project Book, pp. 43-49, Génova.
- OECD. (2001). *The Well-being of Nations: the Role of Human and Social capital*. Paris: OECD.
- Putnam, R. (with Leonardi,R. and Nanetti,R.).(1993). *Making democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.
- Serageldin, I. (1996). *Sustainability and Wealth of Nations: First Steps in an Ongoing Journey*. Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs, nº 5. Washington, D.C: World Bank.
- Winter, I. (2000). *Towards a theorised understanding of family life and social capital*. Working Paper nº 21. Melbourne: Australian Institute of Family Studies.
- Woolcock, M. (1998). "Social Capital and Economic Development: toward a theoretical synthesis and policy framework", *Theory and Society*, vol. 27, pp. 151-208.
- World Bank. (1998). *The Initiative on Defining, Monitoring and Measuring Social Capital: Overview and Program Description*. Social Capital Initiative Working Paper, nº 1. Washington, D.C.: The World Bank.
- World Health Organisation. (1998). *Health Promotion Glossary*. Geneva: World Health Organisation.
- Zhou, M. and Bankston, C.L. (1994). "Social Capital and the Adaptation of the Second Generation: The case of the Vietnamese Youth in New Orleans". *International Migration Review*, 18 (4): 821-845.